

TERRITORIAL



Pela primeira vez na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC/IBGE), a desigualdade de renda entre homem e mulher, que vinha sendo reduzida nas últimas décadas até 2016, voltou a crescer. No Brasil a mulher ainda ganha em média 77,6% do que ganha o homem de remuneração do trabalho. Esta proporção seria maior não fosse o retrocesso recente, que é mais expressivo nos estados mais abastados do país. Quanto maior é a remuneração média dos trabalhadores de um estado, maior também é a diferença salarial homem-mulher. Essa desigualdade só é menor quando nivelada por baixo, nos estados com menores salários.

Desigualdade homem-mulher aumenta com Temer

A proporção da renda das trabalhadoras é historicamente inferior à dos trabalhadores. No entanto, esta desigualdade vinha sendo reduzida ao longo dos anos. No período de 2000 a 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE, esta proporção aumentou de 67,7% para 73,8%, um aumento de 9% em dez anos. Posteriormente a este período, de acordo com a PNAD, do IBGE, anualmente esta desigualdade vinha se reduzindo, à exceção de 2016, quando na média nacional, esta amplitude voltou

a crescer em 0,4%. Todavia, além do aspecto temporal, em alguns estados da federação este aumento da desigualdade foi mais agressivo. Este estudo analisa tal informação em períodos distintos: um retrato da participação da renda feminina em relação à masculina mais recente possível, o primeiro trimestre de 2017; a evolução até então, do início da série histórica da PNAD Contínua trimestral, do primeiro trimestre de 2012 até o primeiro trimestre de 2017; e o retrocesso médio neste aspecto, melhor explicitado pela comparação dos últimos quatro trimestres (do segundo trimestre de 2016 ao primeiro de 2017).

Proporção da renda feminina em relação à masculina hoje

A lógica capitalista demonstra uma de suas faces perversas na desigualdade de renda do trabalho entre o sexo masculino e o feminino, pois, nas regiões onde há uma melhor inserção remunerada no mercado de trabalho por parte dos trabalhadores, também é onde há maior desigualdade de remuneração entre os sexos. No quadro 1 pode-se observar que a região mais desigual neste aspecto é a Sudeste, justamente a que possui o maior rendimento médio do trabalho do país, onde a mulher ganhava apenas 72,5% da renda masculina no primeiro trimestre de 2017. As regiões Sul e Cen-

tro-Oeste também possuem proporções similares, 74,9% e 76,8% respectivamente. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde a remuneração média não chega a 67% do Sudeste, esta desigualdade é bem inferior. Na primeira as mulheres ganham 88,6% do que ganham os homens, e, na segunda, 89,1%, proporção bem superior à média nacional, que é de 77,6%. Ou seja, neste aspecto a desigualdade não diminui por conta da melhor inserção da mulher no mercado de trabalho, e sim porque este mercado é mais perverso inclusive para o homem. Sob outro ponto de vista, pode-se concluir que quanto melhores são as condições do trabalho de uma região, menos as mulheres conseguem se apropriar de tais direitos.

Quadro 1. Renda e proporção da renda feminina em relação à masculina e total de trabalhadores por grande região para o 1º trimestre de 2017

Grandes regiões	Rendimento médio habitual de todos os trabalhos			% do rendimento feminino em relação ao masculino	Total de trabalhadores		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
Sudeste	R\$ 2.761	R\$ 2.001	R\$ 2.425	72,5	21.891.696	17.307.478	39.199.174
Sul	R\$ 2.560	R\$ 1.918	R\$ 2.281	74,9	7.904.291	6.060.627	13.964.918
Centro-oeste	R\$ 2.610	R\$ 2.004	R\$ 2.355	76,8	4.129.245	3.001.271	7.130.516
Nordeste	R\$ 1.519	R\$ 1.345	R\$ 1.449	88,6	11.935.718	8.121.482	20.057.200
Norte	R\$ 1.670	R\$ 1.488	R\$ 1.602	89,1	3.955.252	2.390.406	6.345.658
Brasil	R\$ 2.332	R\$ 1.810	R\$ 2.110	77,6	49.816.202	36.881.265	86.697.466

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 1º trimestre de 2017

No quadro 2, ao analisar o mesmo aspecto para os estados da federação, a mesma lógica permanece. No estado de São Paulo, que oferece a segunda maior remuneração média do país aos seus trabalhadores (R\$ 2.769), a renda média dos homens foi de R\$ 3.219, e das mulheres R\$ 2.222, cerca de 69% do rendimento masculino. No Distrito Federal, que concentra a maior remuneração média do país, a feminina foi de quase R\$ 1.000 a menos do que a masculina (R\$ 3.117 frente a R\$ 4.093), ou 76,2% do trabalhador homem. Pressionada pelo salário mínimo, a desigualdade passa a quase inexistir quando a remuneração média vai ficando próxima a este. No Maranhão, estado onde os trabalhadores e trabalhadoras possuem o menor salário do país (R\$

1.190), o ordenado feminino (R\$ 1.146) é muito próxima do masculino (R\$ 1.216), equivalente a 94,2% deste. As duas exceções a esta regra são os estados do Tocantins e Amapá. Este último, apesar de propiciar a sétima maior renda aos trabalhadores entre os estados, é onde há menor desigualdade entre os sexos no país neste aspecto: as mulheres recebem cerca de 96,5% do que recebem os homens, e, analisando a série histórica, é o único estado onde a remuneração média feminina já foi maior que a masculina. Isto ocorreu durante os quatro trimestres de 2016, quando a renda feminina foi em média 3,8% maior que a masculina, algo que se inverteu no início de 2017, quando a proporção se reduziu ao já citado 96,5%.

Quadro 2. Renda e proporção da renda feminina em relação à masculina e total de trabalhadores por estado da federação para o 1º trimestre de 2017

Unidade Territorial	Rendimento médio habitual de todos os trabalhos			% do rendimento feminino em relação ao masculino	Total de trabalhadores		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
São Paulo	R\$ 3.219	R\$ 2.222	R\$ 2.769	69,0	11.590.935	9.539.292	21.130.227
Mato Grosso	R\$ 2.387	R\$ 1.679	R\$ 2.111	70,4	882.009	562.545	1.444.554
Santa Catarina	R\$ 2.545	R\$ 1.866	R\$ 2.250	73,3	1.921.710	1.474.846	3.396.556
Espírito Santo	R\$ 2.282	R\$ 1.709	R\$ 2.045	74,9	975.153	687.967	1.663.120
Paraná	R\$ 2.518	R\$ 1.892	R\$ 2.250	75,1	2.985.172	2.239.786	5.224.958
Mato Grosso do Sul	R\$ 2.330	R\$ 1.752	R\$ 2.086	75,2	702.953	513.459	1.216.412
Rio Grande do Sul	R\$ 2.610	R\$ 1.976	R\$ 2.332	75,7	2.997.409	2.345.995	5.343.404
Goiás	R\$ 2.205	R\$ 1.674	R\$ 1.985	75,9	1.788.911	1.269.599	3.058.510
Minas Gerais	R\$ 2.004	R\$ 1.524	R\$ 1.798	76,1	5.309.795	3.973.365	9.283.161
Distrito Federal	R\$ 4.093	R\$ 3.117	R\$ 3.639	76,2	755.372	655.668	1.411.040
Rio de Janeiro	R\$ 2.555	R\$ 1.997	R\$ 2.311	78,2	4.015.812	3.106.854	7.122.666
Rio Grande do Norte	R\$ 1.771	R\$ 1.486	R\$ 1.653	83,9	732.776	521.164	1.253.940
Rondônia	R\$ 1.773	R\$ 1.493	R\$ 1.672	84,2	465.469	263.818	729.287
Tocantins	R\$ 1.860	R\$ 1.592	R\$ 1.755	85,6	361.583	232.332	593.915
Ceará	R\$ 1.423	R\$ 1.219	R\$ 1.339	85,7	1.918.212	1.341.121	3.259.333
Sergipe	R\$ 1.780	R\$ 1.537	R\$ 1.682	86,3	482.589	323.896	806.485
Pernambuco	R\$ 1.728	R\$ 1.507	R\$ 1.638	87,2	1.941.616	1.332.018	3.273.634
Amazonas	R\$ 1.768	R\$ 1.552	R\$ 1.687	87,7	826.825	493.024	1.319.849
Roraima	R\$ 2.234	R\$ 1.968	R\$ 2.127	88,1	106.917	71.773	178.690
Bahia	R\$ 1.507	R\$ 1.330	R\$ 1.435	88,2	3.374.708	2.330.828	5.705.536
Piauí	R\$ 1.477	R\$ 1.317	R\$ 1.412	89,2	669.844	458.190	1.128.034
Pará	R\$ 1.468	R\$ 1.322	R\$ 1.413	90,0	1.867.664	1.113.076	2.980.740
Acre	R\$ 1.821	R\$ 1.648	R\$ 1.754	90,5	159.804	102.397	262.201
Paraíba	R\$ 1.555	R\$ 1.446	R\$ 1.512	93,0	848.652	551.007	1.399.658
Alagoas	R\$ 1.387	R\$ 1.304	R\$ 1.354	94,0	597.334	407.533	1.004.867
Maranhão	R\$ 1.216	R\$ 1.146	R\$ 1.190	94,2	1.369.990	855.724	2.225.713
Amapá	R\$ 2.252	R\$ 2.173	R\$ 2.220	96,5	166.990	113.986	280.977

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE 1º trimestre de 2017

Evolução da renda feminina 2012-2017

A desigualdade que afeta a remuneração feminina no mercado de trabalho está se reduzindo a curtos passos, e não segue uma lógica coerente. Ao observar o quadro 3, que demonstra a evolução dos dados do primeiro trimestre de 2012 ao primeiro trimestre de 2017, pode-se observar que duas das três regiões com maior desigualdade foram as que menos evoluíram nos últimos

cinco anos. As regiões Sul, com 5% de crescimento da participação da renda feminina na masculina, e Sudeste, com 5,2%, foram as que menos reduziram tal desigualdade. Já o Norte, com crescimento de 9,3% da participação feminina neste período, se tornou em 2017 a região menos desigual do país neste aspecto, com as trabalhadoras ganhando em média 89,1% do que ganham os trabalhadores.

Quadro 3. Evolução da proporção da renda feminina por grande região

Unidade territorial	1º trimestre de 2012	1º trimestre de 2017	% de evolução
Sul	71,4	74,9	5,0
Sudeste	68,9	72,5	5,2
Nordeste	83,4	88,5	6,1
Centro-Oeste	70,9	76,8	8,3
Norte	81,5	89,1	9,3
Brasil	73,3	77,6	5,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O quadro 4 mostra que dos dez estados que mais evoluíram na redução da desigualdade, apenas um é do eixo Sul-Sudeste, o Paraná. Ou seja, os estados mais desiguais são os que menos estão evoluindo neste quesito. Enquanto no Acre a participação da renda feminina na masculina cresceu 16%, indo de 78%

em 2012 para 90,5% em 2017, Santa Catarina avançou apenas 1,6%, indo de 72,2% em 2012 para 73,3% em 2017. Três estados do Norte e Nordeste, que já possuíam uma alta participação neste aspecto, apresentaram ligeira redução: Rio Grande do Norte (-0,6%), Roraima (-1,5%) e Tocantins (-2,4%).

Quadro 4. Evolução da proporção da renda feminina por estado da federação

Estado da federação	1º trimestre de 2012	1º trimestre de 2017	% de evolução
Acre	78,0	90,5	16,0
Maranhão	82,9	94,2	13,6
Goiás	67,8	75,9	12,0
Rondônia	75,7	84,2	11,2
Mato Grosso	63,3	70,3	11,1
Pará	81,1	90,1	11,1
Amazonas	79,1	87,8	11,0
Paraná	68,2	75,1	10,1
Bahia	81,0	88,3	8,9
Piauí	82,4	89,2	8,2
Rio de Janeiro	73,1	78,2	7,0
Ceará	80,4	85,7	6,6
Minas Gerais	71,5	76,0	6,4
Alagoas	88,4	94,0	6,4
Paraíba	87,8	93,0	5,9
Distrito Federal	72,0	76,2	5,8
Amapá	91,4	96,5	5,5
Mato Grosso do Sul	71,3	75,2	5,4
Espírito Santo	71,4	74,9	4,8
São Paulo	66,2	69,0	4,3
Rio Grande do Sul	74,0	75,7	2,4
Santa Catarina	72,2	73,3	1,6
Pernambuco	86,1	87,2	1,2
Sergipe	86,3	86,3	0,0
Rio Grande do Norte	84,4	83,9	-0,6
Roraima	89,5	88,1	-1,5
Tocantins	87,7	85,6	-2,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD Contínua Trimestral/IBGE

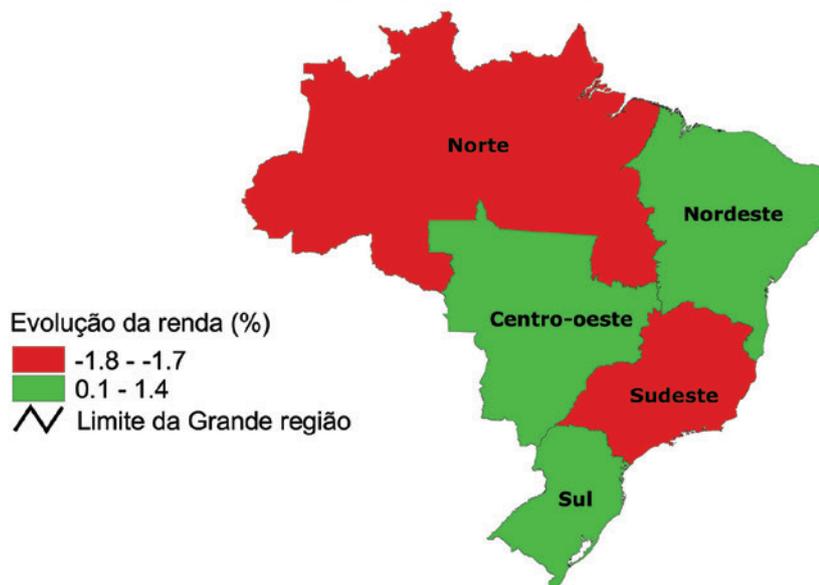
Evolução da renda feminina em doze meses

Se nos últimos anos a desigualdade de renda entre os sexos vem se reduzindo, ainda de que maneira desigual, nos últimos trimestres a situação se inverteu. Os mapas abaixo comparam a proporção da renda feminina na masculina do segundo trimestre de 2016 com a do primeiro

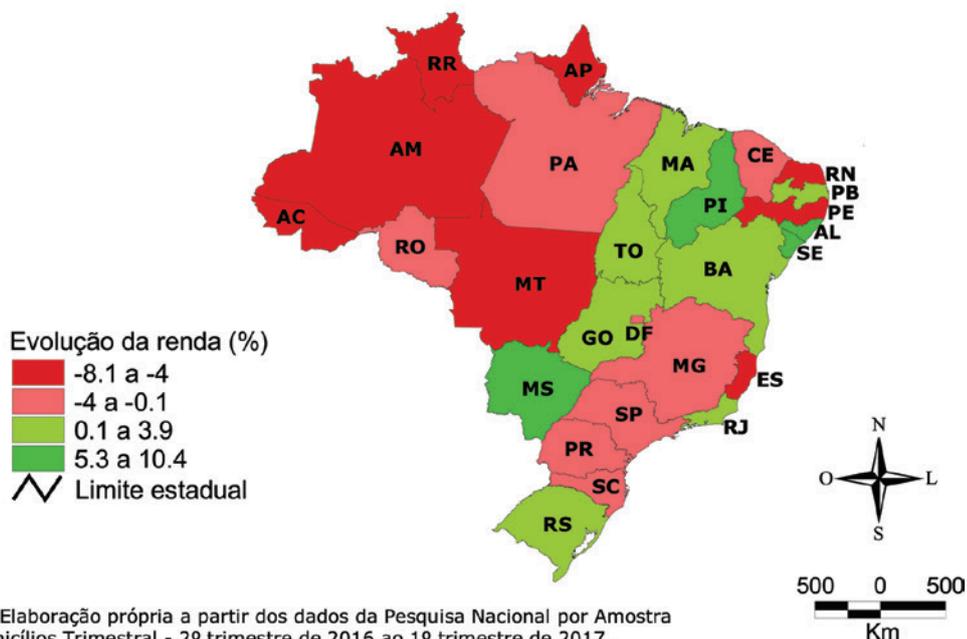
trimestre de 2017, os últimos doze meses de disponibilidade da informação. No primeiro mapa é possível notar que apesar de as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul apresentarem ligeira redução da desigualdade, como vinha acontecendo com todas as regiões até 2016, nas regiões Norte e Sudeste a situação se inverteu, com redução de 1,8% na primeira e 1,7% na segunda.

Mapas 1 e 2. Evolução da renda feminina nos últimos quatro trimestres

Evolução da proporção da renda feminina por grande região
últimos 4 trimestres



Evolução da proporção da renda feminina por estado da federação
últimos 4 trimestres



O segundo mapa permite observar que em dezesseis das 27 unidades federativas brasileiras houve aumento da desigualdade neste curto espaço de tempo. Neste aspecto, destaca-se toda a região Norte, com os estados do Amapá (-8,1% de participação da renda feminina na masculina) e Roraima (-5,4%) em pior situação,

além de Pernambuco (-7,7%), Espírito Santo (-7,6%) e Mato Grosso (-5,5%). Dos demais onze estados que apresentaram avanço neste quesito, o Mato Grosso do Sul, com 10,4% de avanço no combate a tal desigualdade, Alagoas, com 9,1%, Sergipe, com 8,2% e Piauí, com 5,3% são os destaques positivos.



acesse
o canal **teveFPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO